



CONGRESSO NACIONAL

EMENDA Nº - CMMPV 1304/2025
(à MPV 1304/2025)

Dê-se nova redação ao art. 13 da Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, na forma proposta pelo art. 1º da Medida Provisória, nos termos a seguir:

“Art. 13.

§ 3º-D. A partir de 1º de janeiro de 2038, deixará de ser aplicado o critério de tensão para o rateio do custo do encargo tarifário por MWh das quotas anuais da CDE pagas pelos consumidores e o encargo tarifário será cobrado com base no consumo medido. (NR)

§ 3º-E. De 1º de janeiro de 2030 até 31 de dezembro de 2037, o custo do encargo tarifário por MWh das quotas anuais da CDE será ajustado gradual e uniformemente para atingir o disposto no § 3º-D.

§ 3º-F. Até 31 de dezembro de 2029, o custo do encargo tarifário por MWh das quotas anuais da CDE deverá manter a proporção entre os níveis de tensão verificada na data de publicação da Medida Provisória nº 1.300, de 21 de maio de 2025.”

JUSTIFICAÇÃO

A emenda ora proposta reproduz §§ 3º-D, 3º-E e 3º-F do Art.13 da Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, incluído pela Medida Provisória nº 1.300, de 21 de maio de 2025, com um complemento no §§ 3º-D. A reprodução dos §§ 3º-D, 3º-E e 3º-F se justifica caso a Medida Provisória



nº 1.300, de 21 de maio de 2025, não seja convertida em lei, garantindo que a equalização do critério de tensão no rateio da quota da CDE seja operacionalizada, em favor de maior isonomia e justiça tarifária. Além disso, caso a Medida Provisória nº 1.300, de 21 de maio de 2025 seja convertida em lei, a emenda ora proposta complementa o §§ 3º-D para deixar clara a forma de cobrança do encargo tarifário relativo as quotas anuais da CDE, de modo a impedir formas diferenciadas de cobrança entre consumidores de energia, em favor de ainda mais isonomia e justiça tarifária. Isso porque os consumidores regulados são cobrados com base no seu consumo medido ao passo que alguns consumidores livres são cobrados por menos que o consumo medido. A emenda proposta corrige isso a partir de 2038, quando a diferenciação do critério de tensão no rateio da quota da CDE deixa de existir, garantindo a total equalização da cobrança desse encargo entre os ambientes de comercialização regulado e livre. O prazo de 2038 ainda confere tempo mais do que suficiente para o mercado de adequar.

Ante o exposto, esperamos contar com o apoio de nossos Pares para aprovação desta emenda.

Sala da comissão, 16 de julho de 2025.

